



Desastre bolsonarista na Caixa

Efeito colateral do uso da máquina do Estado para fins eleitorais, a Caixa registra hoje o menor índice de liquidez de curto prazo já registrado na história. Em dezembro, o montante de reserva era de R\$ 162 bilhões, ou seja, R\$ 70 bilhões a menos do que o verificado no mesmo mês de 2021, segundo dados do portal UOL.

A queda é resultado do uso político feito por Bolsonaro. Na tentativa de ganhar a eleição, o governo criou, em março de 2022, linha de microcrédito para pessoas com nome sujo e empréstimos consignados ao Auxílio Brasil. No total, até a eleição a Caixa liberou, sem critérios, R\$ 10,6 bilhões para 6,8 milhões de pessoas.

Nos últimos dois meses do ano, depois da derrota de Jair Bolsonaro, os novos créditos foram corta-



dos radicalmente. O que comprova que o governo anterior fez uso político do banco na tentativa de se favorecer e sair vencedor nas eleições de 2022. Perdeu nas urnas e deixou um rombo na Caixa.

A reportagem do UOL repercutiu denúncias feitas desde maio de 2022 pelo movimento sindical e o problema não foi ainda maior graças aos bancários da Caixa, comprometidos e bem preparados e, também, a solidez do banco.

Pequenos negócios sofrem com juros

As pequenas empresas no Brasil sentem com a manutenção, por parte do Banco Central, da taxa básica de juros elevada, em 13,75% ao ano. Cerca de 30% estão com dívidas, segundo dados do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Entre os microempresários, de cada 10, seis funcionam com mais de 30% das receitas para o pagamento de dívidas. Ao destinar uma porcentagem considerável do caixa para juros, os pequenos empre-

sários têm menos recursos disponíveis para investir em melhorias.

O cenário mostra como os juros altos se tornaram um entrave significativo para a retomada do desenvolvimento e a sustentabilidade das empresas. Além disso, a dificuldade de acesso ao crédito, fazem com que 73% fujam de novos empréstimos. Lembrando que os pequenos negócios são essenciais para a economia e a geração de empregos, e a redução dos juros é um passo crucial para a mudança.

Constituição assegura direitos para as PCD

Cotas, prioridade processual, aposentadoria e proteção contra discriminação são alguns dos direitos assegurados pela Constituição Federal, Estatuto da Pessoa com Deficiência e CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para as PCD.

Qualquer tipo de discriminação em relação ao salário e a critérios de admissão da pessoa com deficiência é proibido pela Constituição. Também é crime toda forma de restrição ou exclusão, por ação que tenha o propósito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência.

De acordo com a Previdência Social, as empresas com 100 ou mais funcionários contratados devem reservar de 2% a 5% das vagas para beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. Outra ação cabível é indenização quando houver dispensa discriminatória. Além disso, as PCD possuem prioridade na fila de processos trabalhistas e a aposentadoria também é diferenciada.

É só vergonha!

#AVergonhaContinuaBradesco

Apesar de ter lucrado R\$ 4,28 bilhões só no primeiro trimestre deste ano, o Bradesco fecha agências, demite, aumenta a sobrecarga, precariza o atendimento e ainda empurra os clientes pobres para fora das unidades. Só vergonha. Hoje, bancários de todo o país realizam mais um Dia Nacional de Luta contra o fechamento de agências e demissões. Política perversa que causa sobrecarga de trabalho e atendimento precário aos clientes. A organização financeira, no início deste ano, fechou 93 agências e 174 unidades de negócio. Já em 12 meses, encerrou 1.276 postos de trabalho.

Caixa: Empregados reivindicam transferência

Após a Caixa anunciar a contratação de 800 aprovados no concurso de 2014, os empregados cobram do banco a possibilidade de transferência do local de lotação, antes de começar o processo de admissão. De acordo com o movimento sindical, há casos de trabalhadores que haviam indicado interesse no sistema de transferência, chamado de "Movimenta", só que a empresa negou, sob alegação de que não tinha como fazer as substituições.

Cai liminar que afastou presidente da Previ

Após constatar legalidade e capacidade técnica, o TRF da 1ª Região suspendeu, na segunda-feira (29) a liminar que determinou o afastamento do presidente da Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do BB), João Fukunaga. A decisão indica que não há evidências que sustentem a tese de que João Fukunaga não possuiria os requisitos necessários para o exercício do cargo e ainda cita a experiência do bancário em área de fiscalização, com participação em reunião do conselho fiscal e também a representatividade junto aos funcionários do BB e associados da Previ.